



A BABEL LITERÁRIA DE JOSÉ DO CANTO

Leonor Sampaio da Silva*

Num estudo intitulado «O mundo organizado em um catálogo de biblioteca – conhecimento, livros e pensamento em Portugal no início do século XIX»¹, Cláudio DeNipoti considera o interesse de se conhecer a biblioteca de Marino Miguel Franzini, um militar nascido em Lisboa, em 1779, que fez carreira na Marinha Real Portuguesa, foi ministro da fazenda e da justiça do regime liberal, e viria a ser reconhecido como um «símbolo do progresso»² no seu tempo, por via dos interesses científicos que alimentou. A «biblioteca bastante vasta» que deixou é composta por «816 títulos e pouco mais de mil volumes»³. Acima deste valor, Fernando Pessoa deixou cerca de 1.300 exemplares e Philip Roth ofereceu à Biblioteca de Newark 7.000 volumes. Em comparação com estes números, rapidamente nos apercebemos da envergadura do projeto que o bibliófilo açoriano José do Canto chamou a si, constituindo uma livraria particular com quase 16.000 títulos.

Esta reflexão centrar-se-á numa interpretação dos números que refletem a presença de obras literárias no espólio de José do Canto, contextualizada no cenário intelectual do século XIX português. A partir de uma metodologia de trabalho interdisciplinar que se iniciou com a orientação de uma dissertação de mestrado, procedeu-se à interpretação de dados estatísticos e ao seu cruzamento com leituras diversas. Espera-se demonstrar quer a riqueza deste legado quer a sua importância para conhecermos, através dele e, em particular, das obras literárias que o constituem, a imagem que o bibliófilo desejava projetar de si, da região e do país.



Folha de rosto do apógrafo das Saudades da Terra do morgado João de Arruda Botelho e Câmara. BPARPD. José do Canto, Manuscritos, Historia insulana composta pelo Rdo. Dr. Gaspar Frutuoso, formado em Filosofia, e Teologia pela Universidade de Salamanca, e Vigário próprio da Matriz de Nossa Sra. da Estrela da Vila da Ribeira Grande aonde faleceu no ano de 1591 tendo nascido na Vila de Ponta Delgada em 1522. E Fielmente copiada do seu original conferida e rubricada nesta cidade de Ponta Delgada aos 14 de [outu]bro de 1814 por mim, João de Arruda Botelho e Câmara. Também conferido por dois tabeliães como se vê da folhas 390. Somente o livro quarto desta ilha de S. Miguel. 31, 390, 46 fl. [28] f. br.; 31 cm

* CHAM-Açores/CHAM-Centro de Humanidades - Universidade dos Açores

1 Texto publicado in: ARQUIPÉLAGO • HISTÓRIA, 2a série, XI - XII (2007 - 2008), pp. 163-190.

2 DeNipoti, op. cit., p. 165.

3 Idem, ibidem, p. 165.

1. A LIVRARIA PARTICULAR

O estudo das livrarias particulares não só indica as preferências de leitura de quem adquiriu e acumulou os livros como também permite uma visão das preocupações e interesses de uma dada época. Além disso, mostra, através dos temas e áreas do saber representados, quais os discursos mais influentes na sociedade e as relações de poder que se estabelecem tanto no mundo dos livros, como entre conhecimentos, povos e nações.

O espólio de José do Canto interessa não apenas pela quantidade de obras reunidas, mas também pelas possibilidades de conhecimento interdisciplinar daí decorrentes. Dos quatro elementos elencados por Patrick Valentine para definição de uma biblioteca, o *lugar*, a *instituição* e o *serviço* são secundários em relação à *ideia*⁴. A ideia predominante geralmente alia a celebração da escrita e de encorajamento da leitura com o retrato do gosto da elite letrada, a imagem da sociedade e da época, a memória cultural de quem procura imortalidade pela aquisição e distinção pela singularidade dos objetos adquiridos.

Sabemos pela correspondência entre Ernesto do Canto e Jacinto Inácio de Brito Rebelo que o processo de construção da valiosa biblioteca de José do Canto contou com a colaboração de Brito Rebelo e de outros amigos que alertavam os membros da família Canto para o aparecimento no mercado de obras raras e de valor⁵. O colecionador não desejava apenas quantidade (indicador de riqueza), mas raridade, um sinal de distinção mais exclusivo e, portanto, apreciado.

A sua biblioteca terá sido, assim, uma espécie de utopia, como no texto de Borges «A biblioteca de Babel»: um universo que se desejava ilimitado (quicá infinito, porque infinitas são as leituras de milhares de livros e infinito o propósito de trazer mais espécies às já existentes), mas, ao mesmo tempo, racional e ordenado; um universo simultaneamente inspirado pelo real e longe dele, cuja qualidade utópica se baseia nas viagens permanentes para mundos não só *distantes* – povoados de vozes de outros tempos e de outros lugares –, mas também *melhores*, em que nos falam autores eternizados em volumes preciosos e inúteis, no sentido mais elevado do termo. Recorde-se, a este propósito, o ensaio de Bertrand Russell, «“Useless” Knowledge»⁶ e as palavras de Walter Benjamin ao falar da figura do colecionador

⁴ Vide Patrick S. Valentine, *A Social History of Books and Libraries from Cuneiform to Bytes*, London: Scarecrow Press, 2012.

⁵ Vide José Damião Rodrigues e Francisco Silveira, «Ernesto do Canto, Brito Rebelo e a construção do Arquivo dos Açores», in: *ARQUIPÉLAGO • HISTÓRIA*, 2ª série, IV - N.º 1, 2000: 70.

⁶ Bertrand Russell, *In Praise of Idleness and Other Essays*, London & New York: Routledge, 1996.

e ao sublinhar o facto de ele apreciar o contacto que os livros proporcionam com um mundo em que as coisas não se definem pelo fardo de serem úteis.

Talvez por isso, porque a Biblioteca é uma espécie de Utopia, as Utopias dispensam a presença de bibliotecas⁷. Para quê sonhar com a perfeição ao alcance de uma estante se ela já existe? No mundo real, porém, imperfeito como ele é, a promessa de perfeição prende o bibliófilo e motiva-o na aquisição de títulos. É habitual o colecionador adquirir mais do que a quantidade que conseguirá ler em vida, mas admitir a improbabilidade de ler tudo nunca o impedirá de continuar a reunir os volumes essenciais às áreas dialogantes do saber que se lhe afiguram prioritárias.

Até ao século XIX, quase todas as bibliotecas eram privadas e, salvo raríssimas exceções, um privilégio exclusivo dos reis, do clero, dos nobres e dos bibliófilos que, a partir da invenção da imprensa e sob a inspiração da filosofia humanista, começaram a constituir as suas próprias coleções de livros. Este é um grupo inicialmente constituído no interior do poder económico. Como afirmam Ronal J. Zboray e Mary Srancino Zboray, num estudo intitulado «Home Libraries and the Institutionalization of Everyday Practices Among Antebellum New Englanders», a dimensão das bibliotecas particulares tende a variar ao sabor da riqueza de quem as constitui: «They expand with wealth and contract with hard times [...] book owners aligned the fluctuation with that of their personal fortunes.»⁸

Também Alberto Manguel, na sua obra *Uma história da leitura*, deixa claro que durante muito tempo possuir livros foi um indicador de condição social. Do século XV ao século XVII, «livros e camas eram os bens móveis mais valiosos»⁹. Em Inglaterra, no momento das heranças, os livros de orações e bíblias com iluminuras, considerados como parte do património da família, eram herdados pelo filho mais velho; as obras literárias eram passadas às filhas. Os curadores das primeiras bibliotecas cristãs dispunham-nos nas prateleiras e elaboravam as listas das estantes segundo um princípio de importância decrescente dos livros, em que as Bíblias ocupavam o primeiro plano.

⁷ Maria do Rosário Monteiro, «The Library in Utopia», 2007: 6-7 in: http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/rmonteiro/pdf/Library_rmonteiro.pdf. Acedido a 10 de dezembro de 2020.

⁸ in: Thomas Augst e Wayne Wiegand, *Libraries as Agencies of Culture*, University of Wisconsin Press, 2002, pág. 68.

⁹ Alberto Manguel, *Uma história da Leitura* (tradução de Ana Saldanha) Lisboa: Editorial Presença, 1998, pág. 166.

As relações de poder inerentes à posse e à função social do livro são óbvias. Existem hierarquias nos livros e, por seu turno, eles conferem um traço de distinção a quem os possui. Não terá sido por acaso que figuras políticas com ambições de poder constituíram vastas coleções pessoais. Hitler acumulou 16.000 livros e Estaline reuniu 20.000 obras na sua livraria particular. Regressando várias vezes a este tópico Manguel elucida: «O poder simbólico do livro é tal que a sua presença ou ausência podem, aos olhos do observador, conceder ou retirar poder intelectual a uma personagem»¹⁰.

2. OS LIVROS DE JOSÉ DO CANTO

A livraria de José do Canto é constituída por 15907 exemplares. Deste conjunto, 4503 são ou obras em línguas estrangeiras ou traduções e obras bilingues e multilingues, compondo cerca de 22% do total. O número de obras escritas em línguas estrangeiras é 3598 (80%), seguindo-se as obras traduzidas para português, com 536 exemplares (12%), obras portuguesas traduzidas para línguas estrangeiras, com 236 exemplares (5%) e, por último, as obras bilíngues e multilíngues, com 133 exemplares (3%)¹¹. A diversidade de assuntos e áreas do saber permite-nos constatar a vasta erudição do seu proprietário, um homem cujos interesses abarcam áreas tão diversas quanto a literatura, religião, história, política, estudos clássicos, medicina, antropologia, botânica, agricultura, jurisprudência, geografia e educação, entre outras. Tal variedade revela não apenas a paixão pelo saber multifacetado como também uma extensa atenção, do passado ao presente, aos problemas e soluções por que passou a humanidade.

Neste aspeto, José do Canto aproxima-se do perfil do bibliófilo do século XIX. Maria de Lurdes Lima dos Santos, no estudo «Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)» refere a «missão social»¹² que os intelectuais de meados do século XIX chamaram a si no tocante à ilustração do povo e à emancipação dos trabalhadores. Frequentemente, estes homens acumulavam a prática política e literária com a atividade profissional, assim fortalecendo a união entre interesses técnicos e de organização do trabalho com a formação humanística e o propósito de instrução das classes populares. Mesmo quando

¹⁰ *Idem, ibidem*, pág.220.

¹¹ Vide Margarida Isabel Velho Cabral Reis Moura, *Contributos para o estudo da biblioteca particular de José do Canto*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Mestre na área de Estudos de Tradução, sob a orientação da Professora Doutora Leonor Sampaio da Silva, Ponta Delgada, 2015, pág. 32.

¹² In: *Análise Social*, vol. XV (57), 1979-1.º, pág. 77.

«ligados a facções partidárias, ou ocupando cargos parlamentares e postos na administração do Estado, esforçavam-se por isolar o nível cultural dos outros níveis das suas funções», de modo a salvaguardar «a neutralidade do Saber.»¹³

No âmbito da formação humanística, prezavam especialmente os Estudos Clássicos e a Literatura, entendida como forma elevada da expressão coletiva de uma nação. Nota-se ainda, a partir da década de 50, um movimento a favor de alguns géneros literários em detrimento de outros. Almeida Garrett aponta a direção que gostaria de ver singrar quando empreende em *Memória ao Conservatório Real*, um texto que precedeu a apresentação pública da peça *Frei Luís de Sousa*, em 1843, uma reflexão sobre a Literatura, o Teatro e a função do artista na sociedade:

*Os leitores e os espectadores de hoje querem pasto mais forte, menos condimentado e mais substancial do que os sonetos e os madrigais: é povo, quer verdade. Dai-lhe a verdade do passado no romance e no drama histórico — no drama e na novela da actualidade ofereci-lhe o espelho em que se mire a si e ao seu tempo, a sociedade que lhe está por cima, abaixo, ao seu nível—e o povo há-de aplaudir, porque entende; é preciso entender para apreciar e gostar.*¹⁴

Por aqui se nota a importância da literatura como espelho do tempo e da condição humana, reflexo da realidade e também motor de união social, com especial relevo para os méritos do romance, drama e novela no que com isto se relaciona. Procura Garrett contrariar «a lei da actividade literária portuguesa»¹⁵ exposta por António José Saraiva: a existência de uma elite de letrados ocupada em debater «internamente os seus problemas» e desligada da vida coletiva comum. Este traço da elite literária portuguesa terá originado a «atrofia daqueles géneros que dependem intensamente de um público largo» (teatro e romance, por exemplo) e a «hipertrofia daqueles outros que supõem o indivíduo isolado»¹⁶. Tanto Garrett como António José Saraiva vislumbram, assim, na literatura, o poder de oferecer a todas as classes, e não apenas a uma elite de eruditos, matéria textual estreitamente relacionada com a vida e, portanto, universalmente reconhecível pelos leitores como sua também.

Podemos afirmar que do mal que acometia a elite portuguesa não sofreu José do Canto, dado que os seus livros revelam interesse tanto pela realidade nacional como por culturas estrangeiras, incluindo as mais exóticas. De igual modo, a par da poesia, encontramos

¹³ *Idem, ibidem*, pág. 104.

¹⁴ Citado por Santos, *idem, ibidem*, pág. 74.

¹⁵ António José, *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. I, Amadora: Livraria Bertrand, 1980, pág. 57.

¹⁶ *Idem, ibidem*, pág. 57.

romances, novelas e dramas, o que representa interesse pelos géneros que Garrett privilegia e Saraiva associa a um «público largo».

Perante o desafio enorme que seria inventariar as obras literárias no universo total dos quase 16.000 exemplares da biblioteca particular de José do Canto, optou-se por, neste artigo, contabilizar apenas os textos literários que se incluem no grupo das obras traduzidas e estrangeiras, bilíngues e multilíngues. O resultado estatístico é bastante elucidativo das preferências pessoais e do espírito da época, com a Literatura a ocupar cerca de 40% dos títulos. A seguir, encontra-se a História, com uma representatividade bastante mais baixa (13%). As obras científicas e religiosas ocupam o terceiro e quarto postos nesta relação, com valores muito próximos (8,9% e 8,5%, respetivamente). A Biografia representa 6,4% do total de obras e as obras de Cultura Clássica, 4,8%. Com menor expressão, encontramos 21 gramáticas, dicionários e livros de Filologia, 19 obras de Geografia, 19 de Educação e 7 de Direito.

Recorde-se que o universo aqui estudado corresponde não a toda a coleção, mas apenas a 22% do conjunto. Apesar de ser um *corpus* circunscrito ao universo da tradução e línguas estrangeiras, podemos ver nos números uma tendência do gosto e dos interesses do bibliófilo, que adquiriu um leque variado de obras literárias, de todos os géneros, a que não faltou um grupo bastante significativo de livros de viagens.

A temática da viagem é de grande importância na literatura portuguesa. Desde os primeiros «livros de rotear» ou de «navegação», como eram chamados, este género ajudou à ciência náutica, colaborou no «alvorecer do espírito crítico»¹⁷ do navegador português do século XVI, enriqueceu a língua com vocabulário novo, aprofundou a mestria narrativa e descritiva dos cronistas, promoveu a atenção ao pormenor como elemento esclarecedor do todo, fixou o tema da saudade, desenvolveu a fantasia, facilitou a interpretação do desconhecido e aprofundou a capacidade de interação com outros povos e culturas.

Relativamente a este género, contabilizamos 192 títulos divididos por Ciência, Náutica, Tratados Diplomáticos, Crónicas e Relatos de Viagens, Histórias e Relações, Roteiros, Descrições e Naufrágios. Uma grande parte dos títulos encontrados no espólio de José do Canto relacionam-se com a época dos Descobrimentos, período crucial na gestação do «surto humanístico português do século XVII»¹⁸, o qual deveu muito à literatura de

17 Luís Forjaz Trigueiros, «Viagens (Literatura de)», in: Jacinto do Prado Coelho (dir), *Dicionário de Literatura*, 4º vol., Figueirinhas, Porto: Ramos dos Santos, 1987, pág. 1156.

18 *Idem, ibidem*, pág. 1157.

viagens, responsável por uma renovada visão da natureza e uma expandida conceção do lugar dos portugueses no mundo. Representada tão profusamente na coleção de José do Canto, podemos daí extrair a sua influência para a consciencialização da itinerância como fonte de conhecimento e de refundição do valor da nação no plano internacional. Não desprezemos ainda os três resultados pretendidos com os relatos de viagem na época dos Descobrimentos: «saber o que não se sabe, circunscrever a novidade no interior da enciclopédia para poder lidar com o “novo” como com qualquer outro objecto de desejo»¹⁹ e obter o objeto em falta.

Sendo JC, porém, um homem do século XIX – outra época marcante para a consolidação do género em Portugal – terá bebido do seu tempo o sentido da viagem como afirmação do pitoresco, de motivação para a observação social, de oportunidade para a anotação pessoal do quotidiano. Além disso, dividido entre o «idílio» (dedicação ao lugar de origem com vínculo sentimental ao universo familiar) e o «exílio»²⁰ (atração pela partida com expectativa de encontro com o Outro), o tema da viagem resume a polarização das paixões do colecionador pela ilha, a que sempre voltava, e pelo mundo, para onde frequentemente partia.

Dos quase duzentos títulos que compõem o conjunto temático da viagem, 102 são em português, 40 em francês, 18 em espanhol, 14 em inglês, 7 em latim, 7 em italiano e 4 em alemão. Muitas destas obras encontram-se repetidas em várias línguas. Uma obra de João de Barros sobre os feitos dos portugueses na Ásia existe em português, em italiano e em alemão. Há várias edições da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, incluindo duas em espanhol datadas do século XVII (1627 e 1645), uma em inglês, uma em francês e uma em alemão. Há também cinco livros iguais em português sobre a Companhia de Jesus na Índia, quatro dos quais editados em Lisboa e um em Évora, em datas diferentes. Do conjunto de relatos de viagem destaca-se ainda uma tradução para inglês da *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné* por Gomes Eanes de Zurara, uma versão inglesa de um manuscrito espanhol de Duarte Barbosa, uma tradução do português para inglês das viagens de Vasco da Gama e outra da *Viagem à Abissínia*, de Lobo Jerónimo. Existem várias traduções francesas de relatos relacionados com as viagens à Índia, assim como uma obra sobre a expedição dos irmãos Corte-Real contendo uma carta náutica portuguesa inédita, datada de 1502. O documento mais antigo deste conjunto é uma carta escrita a 9 de agosto de 1513 por D. Manuel I ao Papa Leão X dando notícia dos sucessos portugueses na Índia.

19 Carlos J.F. Jorge, *Figuras do tempo e do espaço. Por uma leitura literária dos textos de viagens*, Lisboa: Ulmeiro, 2001, pág. 24.

20 *Idem, ibidem*, pp. 13-14.

Inclui-se ainda no conjunto das obras que se ocupam de viagens²¹ uma história dos Açores, escrita em espanhol por António de Herrera y Tordesillas. São doze os relatos de viajantes estrangeiros que estiveram nos Açores e escreveram sobre o arquipélago, que constam da coleção, incluindo a 1ª edição do muito conhecido livro dos irmãos Bullar, *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas*, publicado em Londres, em 1841.

Se nos ativéssemos exclusivamente aos relatos de viagem, concluiríamos que a segunda língua mais lida por José do Canto, a seguir à língua materna, foi o francês, e que a intenção de compra extravasou o âmbito da finalidade utilitária, com várias obras repetidas, quer em português, quer em versões traduzidas. Mas a verdade é que, no conjunto global da coleção, também o francês se distingue das restantes línguas, constituindo 45% das obras em língua estrangeira, o que não surpreende, dado que no século XIX a língua francesa ainda desempenhava um papel importante enquanto língua de cultura. Em segundo lugar, está o latim (com obras religiosas, textos clássicos e científicos), seguido do espanhol (com ampla diversidade de temas e géneros, da História à Literatura e à Religião). As obras em inglês ocupam o quarto lugar e versam, em geral, sobre assuntos científicos, embora existam versões em inglês de livros de viagem (como já observámos), obras clássicas, livros de História de vários países e reis, incluindo Portugal e momentos-chave do passado nacional, como o reinado de D. Manuel e o terramoto de Lisboa. Além destas quatro línguas mais representadas na coleção, a Babel literária de José do Canto inclui ainda obras em italiano, alemão, holandês, grego, provençal, polaco, mandarim, sueco e russo.²²

Um caso merecedor de atenção é o das obras que existem repetidas em várias línguas, o que comprova que a aquisição não serviu a finalidade utilitária de leitura para fins recreativos ou de aprendizagem, mas, pelo contrário, resultou do propósito luxuoso de colecionar o precioso e/ou raro. À semelhança do anteriormente visto, também as obras multilingues são numa larga maioria obras literárias, evidenciando-se o caso de Camões, que figura profusamente em muitas edições, com particular relevo para o episódio relativo a Inês de Castro, assim como na tradução de «Endechas a Bárbara escrava» para 73 línguas. Mesmo as obras bilingues replicam esta tendência, com a área das Letras a ocupar um espaço muito superior ao das obras científicas. Além de Camões, traduções do *Cancioneiro* de Garcia de Resende ou versões em espanhol e francês da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto

21 Os números aqui apresentados foram obtidos através da consulta ao catálogo da exposição organizada pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, em 1999, subordinada ao tema *Literatura de Viagens e Literaturas Insulares*, com orientação científica de José Damião Rodrigues e coordenação de Francisco da Silveira.

22 Moura, *op.cit.*, pp. 33-34.

coexistem com versões traduzidas de Sá de Miranda e Alexandre Herculano, nomes maiores da Literatura portuguesa.

Dos autores açorianos destaca-se o caso de Antero de Quental, cujo poema «Zara» aparece traduzido para 47 línguas estrangeiras, um facto que revela não só que se tratava de um autor conhecido além das fronteiras nacionais, mas também a importância que o bibliófilo atribuía a esta circunstância como prova do valor literário dos Açores a nível mundial.

Quanto aos autores estrangeiros traduzidos, avultam obras dos clássicos greco-latinos, assim como de Racine, de Tasso e de Alexander Pope, conhecido quer pelas suas traduções de Homero quer pelos seus ensaios e poesia didática e moralista. Pope, apesar de ter cultivado um estilo «menos poético»²³ do que outros nomes da literatura inglesa, foi o primeiro autor britânico a ter reconhecimento internacional, o que explicará uma presença privilegiada nas estantes de José do Canto.

Merece uma palavra final, neste depoimento sobre a livraria particular de José do Canto, a presença de línguas raras, como línguas indígenas do Brasil e o bengali, relacionadas com a disseminação da mensagem cristã no âmbito da missão evangelizadora em paragens coloniais. Este exemplo revela o propósito de colecionar não para conhecer ou agir no presente, mas para preservar a memória do poder nacional a nível mundial. Noutros casos, como nos dicionários e gramáticas em português/hebraico/caldeu ou português/língua conguesa e português/concani intui-se o desejo de afirmar a presença da língua e do património nacionais nas regiões mais exóticas e remotas do mundo.

Por tudo isto, podemos dizer que a livraria particular de José do Canto projeta a imagem que o bibliófilo desejava para si, para a sua região e para Portugal: para si, como homem de cultura, simultaneamente apreciador da tradição clássica e atento aos novos rumos do conhecimento, abastado guardião de um valor patrimonial que mantinha em diálogo línguas e culturas de vários pontos do globo; para a sua região, como aberta ao progresso e participante ativa nos intercâmbios que enriquecem a literatura mundial; para Portugal, como país orgulhoso do seu passado, influente, e evangelizador, alinhado com o seu tempo, época em que se acreditava na tradição humanística como motor de perfeição e se reconhecia o papel das Letras – e da Literatura em particular – como meio para o conhecimento do «melhor que foi pensado e dito no mundo»²⁴.

23 Maynard Mack, *Collected in Himself – essays critical, biographical, and bibliographical on Pope and some of his contemporaries*, London & Toronto: Associated University Presses, 1982, pág. 80.

24 Matthew Arnold, in: Filipe Furtado, Maria Teresa Malafaia (org., tradução e notas), *O pensamento vitoriano. Uma antologia de textos*, Lisboa: Edições 70, 1992, pág. 163.

CONCLUSÃO

Sabemos que a produção e a receção de textos não ocorrem num vazio contextual e que é nos *contextos* que os *textos* (verbais ou não) adquirem sentidos e suscitam interpretações. Procurou-se, nesta breve reflexão, integrar a aquisição de espécies no contexto de um tempo que privilegiava o texto literário como cimento social e fator de aperfeiçoamento individual. Vimos como, esquivando-se à condição menor de depósito de leituras ou meio para alcançar o conhecimento ou para ocupar horas de lazer, a livraria pessoal é uma afirmação económica, política e cultural: económica, porque reflete a riqueza do colecionador e a sua capacidade de compra de obras numerosas e raras; política, pois expressa o poder de escolher quem se acolhe numa das mais nobres divisões de uma casa, como se hierarquiza as vozes que falam através dos livros, quem se exclui e que imagem do país ou da região se projeta através dos livros; cultural, na medida em que documenta as representações, o gosto e a imaginação de uma época, os seus valores, ideais e aspirações.

Em concreto, a livraria particular de José do Canto é uma janela para a observação de um passado que exige ser estudado de forma multidisciplinar. O caso aqui analisado demonstra que, no século XIX, o bibliófilo procurou preservar a tradição humanística de um saber que se apoiava na Literatura como linguagem de excelência para comunicar e compreender o mundo. O recurso ao tratamento estatístico dos dados demonstrou a superioridade da Literatura no *corpus* constituído pelas obras estrangeiras e traduzidas. Além disso, congregando temas, línguas e géneros tão variados, este espólio representa o esforço de reunir fragmentos do saber, assemelhando-se à tarefa de reconstituição de uma peça quebrada: descobrir nos corredores e prateleiras mais altas o «livro total», de que fala Borges na sua «Biblioteca de Babel»²⁵. No labor reconstrutivo da unidade do conhecimento, ou de identificação do Livro Primeiro, ostenta-se o luxo da intimidade com autores de diversas paragens e de línguas estrangeiras em diálogo com a língua materna. Reforça-se, a cada passo, a supremacia da criação literária através da quantidade de versões traduzidas da mesma obra, o que comprova o valor *do livro pelo livro*.

Se estas coleções particulares se caracterizam pela convivência da leitura útil com a *inútil*, o que poderá comprovar-se pelo facto de muitos exemplares não serem adquiridos com o fim de serem lidos ou deles se extrair informação que venha a ser usada na vida quotidiana, a sua utilidade é inquestionável enquanto símbolo de um diálogo que se prolonga no tempo em busca de sentidos e respostas para a vida. A constituição de uma biblioteca é um projeto

interminável: faltam sempre o primeiro e o derradeiro livros, o último dicionário, tratado, ensaio, gramática; falta sempre a palavra que completará o conhecimento da língua estrangeira; faltará sempre o leitor que incorpore em si todo o conteúdo deste universo infinito. E, por isso, uma biblioteca é uma forma de comunicação sem fim à vista.

Ao celebrarmos os 200 anos do nascimento de José do Canto recorrendo à sua Babel literária, unimo-nos a ele na decifração dos sentidos que lhe escaparam, continuamos o diálogo com os autores que ele convidou para a sua casa, revigoramos a força do seu espólio enquanto motor de (re)interpretação do mundo. Nas obras que o compõem, vemos o passado nacional em diálogo com outras nações; observamos o colecionador, a época, a imaginação enriquecida pela criação literária; e vemo-nos a nós, leitores de uma geração tão distante, retomando a tarefa do bibliófilo: tornar o livro um objeto de culto, feito do sonho de conhecimento absoluto e, por conseguinte, utópico, divino e imortal.

²⁵ Jorge Luis Borges, *La biblioteca: símbolo y figura del universo*, Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.